

Edmundo Leite



COMPARTILHANDO JOIAS DE UM TESOURO

Edmundo Leite, coordenador do Acervo Estadão, o arquivo do jornal O Estado de S. Paulo

“*Isso é um tesouro*”. Trabalhando desde 1996 como jornalista no Estadão, apelido dado pela sociedade ao jornal O Estado de S. Paulo, essa era a frase que inevitavelmente ouvia quando precisava tratar de alguma questão relacionada ao arquivo do centenário periódico paulista.

Pronunciada com misto de orgulho e advertência por diferentes pessoas, a afirmação embutia uma percepção geral do valor que cada um, a seu modo, atribuía àquele conjunto monumental de volumes de jornais impressos encadernados e milhares de pastas temáticas com informações e fotos arquivadas desde a fundação do diário, sob o nome de *A Província de São Paulo*, em 1875.

Acervo do Estadão: Mas que tesouro é esse? Enquanto alguns se referiam à importância histórica e cultural dos conteúdos ali publicados, como a cobertura de Euclides da Cunha na Guerra de Canudos e os primeiros textos de Monteiro Lobato, outros eram deslumbrados pelo caráter físico semelhante ao de uma grande biblioteca antiga. Já alguns poucos estavam claramente falando de um suposto valor monetário e da viabilidade comercial daquele imenso acervo. “Isso é ouro”, diziam numa das variações daquela frase inicial.

Ainda muito antes da era digital, acontecia de alguns privilegiados conseguirem acesso ao “tesouro” restrito a jornalistas e outros funcionários da empresa para presentear terceiros com cópias das capas do jornal do dia em que nasceram ou empresas com páginas onde a marca aparecia de maneira vistosa.

Por muitos anos, pelo menos desde a década de 50, quando a excelência arquivística já existente foi elevada a patamares inimagináveis pelo então chefe do arquivo, Armando Augusto Bordallo, “o tesouro” esteve aberto ao público externo para consultas e pesquisas num serviço prestado pelo arquivo do jornal semelhante ao de uma biblioteca pública. Dali, era possível sair com ‘xeróx’ de notícias, páginas e fotos para trabalhos escolares e acadêmicos.

Segundo relatos de antigos funcionários e usuários, a demanda para acessar o “tesouro” era tanta que havia fila de espera na antiga sede do jornal na confluência das ruas Major Quedinho e Martins Fontes, no centro da cidade. A eficiência do serviço, que cobrava apenas o custo das cópias ‘xeróx’ em papel, fez do “Arquivo do Estadão” um local de referência de pesquisa na cidade, fazendo frente até à Biblioteca Mário de Andrade que ficava ali pertinho. Ninguém nunca chamou assim, mas era talvez o melhor exemplo de difusão de um arquivo no País.

“Mas que tesouro é esse? Enquanto alguns se referiam à importância histórica e cultural dos conteúdos ali publicados, como a cobertura de Euclides da Cunha na Guerra de Canudos e os primeiros textos de Monteiro Lobato, outros eram deslumbrados pelo caráter físico semelhante ao de uma grande biblioteca antiga”

Com a mudança da sede do jornal para o Bairro do Limão, em 1976, uma ampla área de consulta foi construída no novo prédio na Marginal Tietê para atender à grande demanda por acesso ao “tesouro”. Ainda hoje preservado, mas não mais utilizado, o salão de atendimento externo com 10 grandes mesas de madeira nobre tinha capacidade para receber 60 pessoas simultaneamente.

Pequenas amostras desse “tesouro” também passariam a ser compartilhadas diariamente com o público leitor desde que o jornal passou a publicar a seção “Há um Século” em suas páginas impressas. Rer ler notícias curiosas que mostravam as transformações dos costumes, da tecnologia e da linguagem ao longo de cem anos deram o tom nostálgico e saudosista que acabaria sendo a marca de publicações originárias de arquivos de jornais.

A partir dos anos 90, com a informatização da redação e do arquivo e o surgimento de tecnologias e equipa-

mentos digitais que facilitariam a reprodução e cópia dos jornais e fotos originais, uma pergunta foi acrescentada à frase do início desse texto: “Isso é um tesouro. Já está digitalizado?” E, com o advento e expansão da internet a partir da virada dos anos 2000, uma segunda pergunta vinha em seguida: “Já falaram com o Google?”

A percepção de que a empresa de buscas na internet era a solução natural para a digitalização do acervo centenário do jornal se encruou na cabeça de muitos, interna e externamente, por causa das ações de digitalização de livros e outras publicações que o buscador adotou como estratégia em determinado momento. Nessa época, o tom da pergunta já não era de curiosidade, mas de cobrança, como se fosse obrigação do jornal associar-se à empresa que era sinônimo de avanço tecnológico para difundir o seu “tesouro” pela internet.

A proposta do Google, no entanto, esbarrava numa questão estratégica para o Estadão. Enquanto o site de buscas patrocinava e viabilizava a digitalização de vários periódicos extintos advindos de bibliotecas públicas, o Estadão é um jornal ativo e com forte presença digital desde os primeiros momentos da internet. Do ponto de vista de negócios, não interessava dispor de todo o seu acervo centenário num site externo, mesmo que esse financiasse a sua digitalização.

Apesar da consciência do interesse público de seus conteúdos, o caráter privado do acervo e das informações ali contidas sempre foi uma premissa na empresa. Mais que um arquivo de jornais impressos antigos, o Acervo Estadão é um arquivo de informações, o negócio fim do jornal. Negócio cuja principal embalagem por mais de um século foram as suas edições impressas. Mas que, desde a informatização, também é distribuído ao seu público pagante em embalagens digitais.

No entanto, nem sempre essa noção foi compreendida integralmente nas instâncias internas envolvidas na preservação e difusão do arquivo do jornal. Apesar da integração permanente com a redação e a administração da empresa, a percepção interna de que o arquivo era uma biblioteca pública cristalizou-se de um modo que por anos prejudicou a viabilização de investimentos necessários que permitissem ampliar a difusão do “tesouro”.

A partir de outubro de 2010, quando fui convidado para assumir a gestão do arquivo do jornal, a confusão sobre o caráter do “tesouro” passou a fazer parte da minha rotina profissional. De jornalista usuário e fã, passeia ser o responsável pela guarda, preservação e difusão do “tesouro”. Tomar conhecimento do que era aquele “tesouro”, entender seu funcionamento e suas demandas eram as tarefas naturais naqueles primeiros dias.

A pergunta “*Já está digitalizado?*” então deixou de ser uma mera informalidade de conversas entre colegas de jornal sobre o arquivo da publicação em que trabalhavam. Buscar maneiras de aproveitar melhor aquele “tesouro” agora era uma das missões do novo cargo de Coordenador do Centro de Documentação e Informação, o CDI, como o arquivo era formalmente chamado a partir de alguma mudança na organização da empresa há alguns anos.

Para minha surpresa, o almejado projeto de digitalização dos jornais desde a primeira edição já estava dando os primeiros passos na empresa naqueles dias, à revelia da própria equipe do arquivo. A cargo da diretoria de tecnologia do jornal, o projeto de digitalização previa a criação de um site com uma ferramenta de buscas por datas e palavras em todas as edições do jornal desde 1875.

Neste processo, no entanto, o Arquivo era mero fornecedor de originais ou cópias requisitados pelo projeto da diretoria de tecnologia para testes. Com o aval da diretoria de desenvolvimento do jornal, à qual o arquivo estava hierarquicamente submetido, um trabalho para a inclusão da coordenação do arquivo no projeto de digitalização foi iniciado. De mero fornecedor de itens a serem digitalizados, o Arquivo agora teria voz nas decisões sobre o processo de digitalização e o site que dali surgiria.

Uma dessas decisões demonstra como eram as diferentes visões sobre o arquivo dentro da própria empresa naqueles dias. Assim que assumi a coordenação, uma das primeiras mudanças instituídas foi a de que os funcionários deixassem, aos poucos, de tratar o arquivo com o nome de CDI, a já citada sigla para o nome oficial Centro de Documentação e Informação, e passassem a chamar o setor simplesmente de Arquivo.

A nomenclatura de centro de documentação e informação parece ter surgido em algum momento a partir da segunda metade do século 20 nos meios arquivísticos para superar certo desconforto com a palavra “arquivo” e, principalmente, com a expressão “arquivo morto” que se consagraria nas empresas privadas e em órgãos públicos e se espalhou para descrever de forma pejorativa os arquivos documentais, associando-os muitas vezes à ineficiência, burocracia, ou coisa velha e sem utilidade.

Apesar de a expressão “arquivo morto” nunca ter sido usada para se referir aos arquivos de imprensa no Brasil, os principais veículos do país evitaram também usar somente a palavra ‘arquivo’, sem o adjetivo mórbido, para nomear o setor de arquivamento e optaram por variações de centro de documentação, substituídas no dia a dia das empresas por siglas. Enquanto a Editora Abril optou por Departamento de Documentação [Dedoc] e a Rede Globo de Televisão adotou Centro de Documentação [Cedoc], a Folha de São Paulo nomeou seu arquivo de Banco de Dados, que virou BD no jargão interno da empresa.

“A nomenclatura de centro de documentação e informação parece ter surgido em algum momento a partir da segunda metade do século 20 nos meios arquivísticos para superar certo desconforto com a palavra “arquivo” e, principalmente, com a expressão “arquivo morto”.

Curiosamente, neste caso, as publicações e seus jornalistas nunca incorporaram ao seu jargão a nomenclatura que o principal jornal do mundo, o The New York Times, usa até hoje para designar o seu arquivo: Morgue, “necrotério” em inglês.

No Estadão, a ausência da palavra arquivo no nome do setor era defendida internamente por outra razão prática: diferenciar-se do “Arquivo Público do Estado de São Paulo”, o órgão estadual responsável pela guarda documental da administração pública e responsável pela publicação dessa revista.

Como o próprio jornal por anos relatou em chamar-se de Estadão, preferindo referir a si mesmo como “Estado”, era comum que consultantes externos das duas instituições se confundissem em relação a “Arquivo do Estado”, ligando para o órgão público quando procuravam pelo jornal, e vice-versa.

A determinação para a mudança informal da nomenclatura CDI para Arquivo já estava assimilada entre os funcionários do setor, mas um questionamento sobre a palavra surgiu no projeto de digitalização. Era preciso dar um nome para o novo produto digital que seria lançado e um comitê foi formado para discutir a questão.

Com integrantes de vários setores da empresa, já nas primeiras conversas ficou clara a objeção a que se chamasse o novo site de Arquivo Estadão. “Soa velho, remete a arquivo morto”, disse a diretora de marketing responsável pela divulgação do novo produto ao mercado que eventualmente poderia conseguir patrocínios publicitários para o site.

Mesmo com a ponderação de que era assim que os leitores referiam-se ao arquivo, era quase unânime que a palavra não deveria estar no novo site. Como CDI estava fora de questão, assim como hemeroteca, nomenclatura consagrada nos meios acadêmicos para o arquivo de publicações seriadas, logo se chegou ao consenso de que o nome ideal seria **Acervo Estadão**, pois a palavra acervo, ao contrário de arquivo, evocava uma imagem positiva para aquele conjunto de milhões de páginas de jornal distribuídas em mais de 40 mil edições diárias.

Superada a questão do nome, o projeto avançava com a digitalização dos jornais a partir dos microfimes e outros detalhes técnicos da arquitetura do site. Além da poderosa ferramenta de busca baseada na tecnologia OCR [*Optical Character Recognition*, ‘Reconhecimento ótico de caracteres’ em português], o novo site contaria com as seções ‘Páginas da História’, ‘Páginas Censuradas’, ‘Tópicos’, ‘Personalidades’ e ‘História do jornal’ para facilitar a pesquisa de alguns conteúdos previamente selecionados.

Assim, edições historicamente mais procuradas, como a chegada do homem à Lua, as Copas do Mundo, as Guerras Mundiais e a Queda do Muro de Berlim, já estariam disponíveis e agrupadas, assim como páginas sobre escritores, esportistas, políticos e outros personagens históricos que foram notícia nas páginas do jornal. Com esses recursos, a difusão do arquivo, terminologia que nunca esteve no cotidiano do jornal,

ganharia uma dimensão jamais vista, animando cada vez mais todos os envolvidos no projeto. Estudantes, pesquisadores e mesmo leitores fortuitos teriam ali pesquisas previamente prontas a seu dispor em apenas alguns cliques.

Em meio a essa animação, foi com surpresa que os demais participantes do projeto um dia receberam da coordenação do Acervo, como agora passaríamos a nos chamar, um pedido para a criação de uma nova seção no site: notícias.

“Como assim, notícias? As pessoas já vão encontrar as notícias antigas publicadas no jornal através da busca”, disse um dos responsáveis técnicos do projeto.

“Nós vamos publicar novas notícias a partir do Acervo”, respondi.

“Que notícias, como assim? As notícias do dia já são publicadas no Portal do Estadão. Você quer dizer tópicos, não é? Já existe a seção para publicar verbetes dos assuntos. Guerra Mundial, Guerra de Canudos...”

“Não é isso. Precisamos de uma seção de notícias, um lugar que permita publicarmos novos conteúdos com textos, fotos e vídeos, igual ao de uma notícia do dia, mas com material feito a partir do Acervo.”

“Ah, tá, vai ser aquele ‘há um século’ que sai no jornal impresso?”

“Pode ser também, mas vamos publicar mais coisas. Serão notícias feitas a partir do Acervo”.

Diante da falta de entendimento dos técnicos sobre o que seria aquela nova seção, ao diálogo mais ou menos descrito acima, seguiu-se uma série de outras conversas para viabilizar o pedido. Embora continuassem sem entender o que teria ali, os técnicos criaram a nova seção depois do aval das diretorias responsáveis, que entenderam o caráter estratégico que aquela inovação traria ao Acervo Estadão.

Mais que uma ferramenta de busca passiva, o novo site do Estadão seria a partir dali um produtor de novos conteúdos. Lançado em 23 de maio de 2012 no endereço **acervo.estadao.com.br**, aos poucos o site ganharia uma relevância jamais vista em outros veículos de comunicação, com chamadas de destaque na home page do portal e páginas inteiras na edição impressa. Como num dia da campanha para a eleição municipal de 2012, quando um material de acervo sobre a história dos prefeitos de São Paulo inicialmente programado para ficar abaixo de uma notícia do dia, foi elevado para o alto da página impressa, com o noticiário quente ficando em segundo plano.

“Não há limites para a criação de novos conteúdos a partir de acervos quando os profissionais dos arquivos estão preparados para isso. Com a digitalização e a internet, não há profissionais mais capacitados para compartilhar as joias que estão guardadas em arquivos, do que os próprios guardiões desses tesouros”.

Animada com os novos recursos que permitiam rapidamente encontrar textos e fotos que antes demorariam um tempo enorme para serem recuperados, a equipe multidisciplinar de profissionais do Acervo – paralelamente às tarefas de arquivar, preservar e difundir – passou a produzir novos conteúdos no ritmo de editoria do jornal. Além das tradicionais efemérides e relacionamentos de fatos do passado com os do dia, “compartilhar o espanto” passaria a ser um mote no Acervo Estadão.

Não seria mais necessário um “gancho” para que o material de arquivo fosse publicado digitalmente. Bastava ser inusitado, espantoso, ou simplesmente... legal.

Foi assim que uma foto de Wilson Simonal recepcionando James Brown no Brasil em 1974 virasse um conteúdo inédito para milhares de leitores do Portal Estadão, bem como fotos de Freddie Mercury pedindo fogo aos fotógrafos para acender seu cigarro ganhassem uma galeria com outras fotos inéditas do show do Queen no Estádio do Morumbi em 1981. E que fotos nunca publicadas de João Doria comendo pastel com os escritores Jorge Amado e Zélia Gattai na Praça da República em 1985 viessem à tona após serem identificadas por um técnico de informática durante um trabalho de digitalização em massa de provas fotográficas.

Muito mais que um conteúdo complementar, algumas dessas notícias do Acervo Estadão conseguiram suplantando o próprio noticiário regular do dia, como aconteceu com a galeria “Eles também já foram calouros” que mostrava, a partir dos resultados de busca, o nome de personalidades quando passaram no vestibular antes de serem famosos. O sucesso da lista com os nomes que iam de Dráuzio Varella, a William Bonner, passando por ministros, cantores, apresentadoras e políticos fez com que a galeria do Acervo fosse o conteúdo mais acessado e lido de todo o Estadão no dia em que foi publicada.

Em 2018, o resgate de palavras cruzadas enviadas ao jornal por um adolescente nos anos 70 renderia um conteúdo que entraria para a história. Com a compilação digital dos 21 problemas e as respectivas respostas propostas pelo jovem estudante Jair Messias Bolsonaro e publicadas no jornal de 1971 a 1976, viabilizou-se, além de um conteúdo inédito para milhares de leitores, a primeira entrevista do presidente eleito naquele ano para a imprensa brasileira.

Não há limites para a criação de novos conteúdos a partir de acervos quando os profissionais dos arquivos estão preparados para isso. Com a digitalização e a internet, não há profissionais mais capacitados para compartilhar as joias que estão guardadas em arquivos, do que os próprios guardiões desses tesouros.

Para acesso ao acervo: <https://acervo.estadao.com.br/>

Foto: Márcio Amêndola/Arquivo do Estado



O jornalista Edmundo Leite, coordenador do Acervo Estadão

Foto: Márcio Amêndola/Arquivo do Estado



Antiga sala de consulta ao Arquivo, desativada após o Acervo Estadão entrar online

Foto: Márcio Amêndola/Arquivo do Estado



Edmundo Leite mostra o precioso acervo do jornal aos representantes do Arquivo do Estado

Foto: Márcio Amêndola/Arquivo do Estado



Arquivo do O Estado de S. Paulo. Milhões de páginas do jornal disponíveis na Internet